



VISTOS

Indefinição no SEF gera críticas pela degradação do serviço

Novo adiamento da extinção do SEF leva partes interessadas a questionarem a degradação dos serviços. Agendamentos para reagrupamento familiar chegam a demorar um ano a marcar.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O processo conturbado para extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que foi adiada pela segunda vez, agora por um prazo indefinido, tem agravado as condições de resposta dos serviços, nomeadamente no que respeita aos processos de reagrupamento familiar e às autorizações de residência por investimento (ARI, conhecidas como vistos gold), o que tem motivado diversas críticas.

A Portuguese Association of Immigration, Investment and Relocation (PAIIR), criada em 2020 e que atua no âmbito das áreas da imigração, investimento e mobilidade, junta partes interessadas nestes processos, incluindo investidores e advogados, e escreveu ao Governo a pedir uma reunião, ainda sem resposta, para apresentar contributos para a resolução dos problemas detetados.

“A presente iniciativa decorre do facto de existir uma evolução notória da área da migração, novas necessidades e desafios, assim como, problemas estruturais agravados pela pandemia Sars-Cov 2, uma carência formativa generalizada no que respeita à aplicação do enquadramento jurídico em vigor e uma necessidade de valorizar a área, fruto das exigências de carácter humano, económico e social às

quais esta área pode dar resposta”, refere a associação, na carta a que o Jornal Económico teve acesso.

A extinção do SEF foi decidida pelo anterior Governo e aprovada na Assembleia da República, em novembro de 2021, prevendo, inicialmente, que fosse concretizada em 60 dias, e, depois, em 120, até este mês de maio. No entanto, no final de abril, foi decidido novo adiamento, desta vez até à criação da Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo, que ficará com parte das atribuições em matéria administrativa do SEF relativamente a cidadãos estrangeiros, justificando o Governo o adiamento com “dimensões desta transição que não estão suficientemente amadurecidas”.

“Mesmo antes da publicação da Resolução do Conselho de Ministros que extingue o SEF, a degradação do atendimento, a ausência de harmonização de procedimentos, a demora infundável para se conseguir um agendamento ou uma resposta já era inaceitável e agora está in comportável”, diz ao JE Inês Azevedo, partner da sociedade de advogados Azevedo Ascenso, especializada nesta área.

“O SEF está parado, a indefinição em relação ao futuro bloqueou o SEF”, aponta, ao JE, João Massano, presidente do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados. “Entendo que, no caso dos vistos gold, o Estado não age

de boa-fé. Portugal convida as pessoas a fazerem investimentos avultados, com a promessa de entrada em território nacional sem necessidade de visto, mas depois não lhes faculta as condições para renovar as autorizações porque não existem vagas para fazer agendamentos”, diz.

Inês Azevedo acrescenta que este problema não se resume aos processos de ARI, mas a todos os processos que têm de passar pelo SEF. “Por exemplo, há processos de reagrupamento familiar que aguardam um ano para conseguirem um agendamento”, refere, apontando que se trata, em muitos casos, de processos de captação de talento em áreas onde existe escassez, como a engenharia informática.

“A ausência de decisão não protege nem quem defende a continuação do SEF como ele existia nem promove a extinção e a reforma do serviço anunciada em 2021”, defende.

O número de trabalhadores estrangeiros que contribuem para a Segurança Social mais do que duplicou em seis anos, subindo 148%, entre 2015 e 2021, para 473 mil pessoas, segundo dados do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Desde que o programa de ARI foi lançado, em 2012, foram concedidos 10.442 vistos gold, até fevereiro deste ano, e foram captados 6,1 mil milhões de euros de investimento. ■